

Resumo de notícias econômicas

01 de Setembro de 2021 (quarta-feira)

Ano 3 n. 165

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 01 SETEMBRO DE 2021

Governo cria taxa de escassez hídrica; conta de luz deve subir 6,8%

O Estado de S. Paulo

Com o agravamento da maior estiagem no País em nove décadas, o governo anunciou a criação de uma taxa extra de energia elétrica, a “bandeira escassez hídrica”. A partir de hoje, o valor da taxa adicional cobrada nas contas de luz passará de R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts-hora (kwh) para R\$ 14,20. O valor vai vigorar até 30 de abril de 2022. Com isso, a conta de luz vai aumentar 6,78% em média para consumidores residenciais e pequenas indústrias, de acordo com cálculos do Ministério de Minas e Energia. O valor da bandeira de “escassez hídrica” representa um aumento de 49,63% na quantia cobrada na bandeira vermelha nível 2, para as despesas das usinas térmicas e das medidas adotadas para evitar apagões e um racionamento. O ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) fez apelo pela redução de consumo.

Como resultado dessa alteração, a conta de luz vai ficar, em média, 6,78% mais cara tanto para consumidores residenciais quanto para pequenas indústrias, segundo cálculos do Ministério de Minas e Energia. A previsão é de que os reservatórios das usinas hidrelétricas do Sudeste e do Centro-oeste cheguem ao fim de setembro com 15,4% da capacidade, volume menor do que o registrado na crise de 2001 – quando o Brasil passou por racionamento compulsório de energia. Para piorar o cenário, em agosto choveu menos do que o esperado. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), se não houver oferta adicional de energia a partir deste mês não vai ser possível suprir a demanda em outubro e novembro, e o País correria o risco de passar por apagões pontuais.

O governo também detalhou as regras para um programa de incentivo à economia de energia voltado para os consumidores regulados, ou seja, aqueles atendidos pelas distribuidoras, como os residenciais. Aqueles que pouparem energia entre 10% e 20% nos próximos meses vão receber desconto de R\$ 0,50 por kwh (mais informações nesta página).

Em pronunciamento feito na TV, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, fez um apelo por um “esforço de redução de consumo”. Ele disse que o mais importante, neste momento, seria dar preferência para o uso de chuveiro elétrico, ar-condicionado e ferro de passar durante o período da manhã e nos fins de semana.

Em tese, caberia apenas à Aneel a atribuição de definir as tarifas de energia elétrica praticadas no País, mas desta vez o órgão procurou aval do ministério. A preocupação com o impacto de mais um aumento no preço da energia sobre a inflação fez com que o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, entrassem na discussão. Depois da divulgação da nova bandeira, economistas do mercado financeiro passaram a projetar uma inflação de cerca de 8% no ano, bem acima da meta de 3,75% (com margem de tolerância até 5,25%) que o BC deveria atingir.

A definição por R\$ 14,20 a cada 100 kwh atende a pleito do Ministério da Economia, que defendia um reajuste da bandeira entre R\$ 14 e R\$ 15. O valor está abaixo do que era calculado como necessário para fazer frente a todos os custos. Ao longo da discussão, o governo cogitou elevar a taxa para algo entre R\$ 15 e R\$ 20, por um período mais curto. Havia ainda um cenário limite de até R\$ 25, que acabou sendo descartado.

Coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), Nivalde de Castro criticou a decisão do governo de optar por um reajuste menor do que o valor que seria necessário. “Essa decisão significa que os consumidores vão ficar devendo R\$ 10, e esse débito será cobrado lá na frente. Então, a tendência da conta de luz é subir muito em 2022”, disse ele.

Consumidor banca seu desconto. De R\$ 0,50 a cada 1 kwh economizado, gratificação será bancada por aumento nas contas Broadcast

Bônus pequeno, de R\$ 0,50 a cada 1 kwh economizado, será pago pelo aumento nas contas. O bônus que o governo criou para quem economizar energia nos próximos meses será pago pelos próprios consumidores, por meio de aumentos diluídos na conta de luz. Engajar cada cliente de forma individual para poupar eletricidade e contribuir com o enfrentamento da crise hídrica de forma conjunta passará por uma estratégia de

convencimento para que as pessoas não se sintam enganadas, dado que o desconto será pequeno no valor final da conta.

O desconto será de R\$ 0,50 para cada quilowatt-hora (kwh) do volume de energia economizado dentro da meta de 10% a 20%. Quem economizar menos do que 10% não receberá bônus, e quem economizar mais do que 20% não receberá prêmio adicional. No total, o consumidor pode receber um desconto de até R\$ 50 na conta de luz pela redução de 100 kwh no consumo. A comparação será feita com base no somatório do consumo ao longo de quatro meses – ou seja, o acumulado entre setembro e dezembro de 2021, na comparação com a soma das mesmas quatro faturas de 2020. Mas o bônus só será pago em janeiro de 2022.

Embora o governo tenha cogitado uma gratificação de R\$ 1 a cada 1 kwh poupado, técnicos consideraram o valor inviável e decidiram por R\$ 0,50 a cada 1 kwh. O programa tem duração prevista até dezembro, mas pode ser prorrogado.

Em média, uma família brasileira consome 163 quilowattshora mensais, o equivalente a R\$ 139,26, com impostos. Se conseguir economizar 20%, por exemplo, essa mesma família pagará uma conta 36% menor, com o bônus de R\$ 0,50: além dos 130,4 kwh, ela receberá um bônus sobre os 32,6 kwh economizados e pagará R\$ 88,43. Se esse prêmio fosse de R\$ 1, cenário que foi descartado, a conta ficaria em R\$ 65,45, ou 47% menor.

Para ter uma comparação, a tarifa média paga pelos consumidores residenciais hoje está em R\$ 607,60 por MWH – ou seja, R\$ 0,60 a cada 1 kwh, e o bônus, portanto, não pode ser maior do que esse valor para que o custo da energia seja efetivamente pago. O problema é que a geração de energia adicional é muito mais cara do que essa média. A termoelétrica William Arjona, em Mato Grosso do Sul, tem custo de R\$ 2 mil por MWH, ou R\$ 2 a cada 1 kwh.

Para o ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Edvaldo Santana, o consumidor pode se sentir injustiçado com esse sistema. Em 2001, a energia que foi economizada pelo consumidor pôde ser vendida, por meio de comercializadoras, ou liquidada no mercado de curto prazo, a preços elevados, explicou. “Em geral, o racionamento de energia por prêmio costuma ser eficaz. O problema é enganar o consumidor e fazer com que ele pague para si mesmo, e devolver só uma parte. Quem

deveria pagar é o gerador que está sem energia, caso das hidrelétricas, ou seja, quem está vendido no mercado”, afirmou Santana. Para ele, porém, para que o programa efetivamente seja bem-sucedido, ele já deveria ter sido anunciado, com regras amplamente divulgadas e explicadas para a população.

O programa de redução voluntária para os consumidores residenciais se junta a outras medidas. Para as indústrias, o governo lançou um programa para incentivar o deslocamento voluntário da produção para fora do horário de pico. O objetivo é evitar uma sobrecarga do sistema, o que poderia levar a apagões pontuais.

Investidor não deve se limitar ao Brasil

O Estado de S. Paulo

O C6 Bank nasceu em um ambiente financeiro transformado pelas fintechs, quando as operações digitais e o fim da cobrança de taxas já tinham se tornado o padrão do mercado. Com dois anos de operação, o banco digital se esforça para ganhar musculatura e se destacar entre os diversos concorrentes. No fim do ano passado, o C6 recebeu um aporte de R\$ 1,3 bilhão envolvendo mais de 40 investidores privados e passou a ser avaliado em R\$ 11,3 bilhões.

Após o reforço no caixa, o presidente e fundador do C6 Bank, Marcelo Kalim, chegou a anunciar a intenção de fazer um IPO. No entanto, sem sinalizações claras da concretização de uma abertura de capital na Bolsa, o banco segue outra estratégia para ganhar visibilidade.

Em junho, o C6 se associou ao centenário e tradicional JP Morgan. O banco americano comprou 40% do C6 Bank e a aquisição foi aprovada no início deste mês pelo Cade. A injeção de recursos do JP Morgan vai ajudar o C6 Bank a ganhar fôlego na disputa acirrada entre seus concorrentes. De olho nos clientes investidores, o C6 lançou recentemente uma plataforma de investimentos batizada de C6 Invest. “Agora, os investidores podem operar nas Bolsas de Valores dos EUA, além de aplicar em produtos de renda fixa mais sofisticados e em fundos estrangeiros”, afirma Romildo Valente, head de investimentos do C6 Bank.

A diversificação da carteira com aportes em ativos internacionais é, inclusive, um dos conselhos de Valente para os investidores. Confira os principais trechos da entrevista:

- **O Cade aprovou a aquisição de 40% do C6 pelo JP Morgan. O C6 ganha mais fôlego?**

O banco ganha musculatura. Somos um banco digital com dois anos de operação, e nos associamos a um banco com mais de 100 anos de existência e presença global. Por mais que estejamos falando da evolução do mercado financeiro e de fintechs, quando as pessoas pensam em banco a primeira palavra que surge é credibilidade. Nós nos associamos a um banco tradicional, que nos traz força e ganho em: capital, knowhow, penetração e marca.

- **Vocês lançaram o C6 Invest com a modelo Gisele Bündchen como garota-propaganda. Por que apostar na plataforma?**

Nossa proposta é a de ser um banco pró-cliente, rentável, com produtos e serviços para todos os tipos de público, e isso inclui os investidores. O C6 Invest é uma plataforma em que o cliente pode se servir de um conjunto de soluções de investimento diretamente no aplicativo e de maneira absolutamente transparente. Todos os produtos disponíveis passam por uma curadoria nossa, mas a ideia é que ele mesmo possa compor e escolher os investimentos. É um ambiente com o qual os investidores já estão familiarizados.

- **Por que você diz que existe pouca transparência no ambiente de investimentos?**

Muitos clientes não sabem a diversificação em suas carteiras. De um lado, existem clientes muito concentrados em produtos de baixo risco e, de outro, clientes assumindo risco desproporcional ao seu perfil. Queremos evitar que eles caiam em armadilhas, apresentando soluções balanceadas. Nossa transparência será pautada na explicação do produto para o cliente, de cada ativo disponível, da composição dos ativos e dos riscos que ele está assumindo.

- **Estamos vivendo um momento de incertezas, com riscos fiscais e ruídos políticos. Qual o conselho para o investidor brasileiro?**

O investidor não pode ficar ancorado no risco Brasil. Por esse motivo, lançamos a nossa primeira carteira exposta ao risco mundial. Do ponto de vista de retorno e risco para o cliente, não vale a pena restringir o investimento dele, porque a chance de dar errado é maior.

Depois de saúde, Pan mira educação para baixa renda

Broadcast

Depois de lançar sua plataforma de saúde para as classes C,D e E, o Banco Pan estuda um caminho para ter iniciativa semelhante em educação. O público de menor poder aquisitivo é estratégico para a instituição, que quer atender “suas dores” e se diferenciar no universo dos bancos digitais. A plataforma de saúde lançada centraliza serviços e benefícios médicos, odontológicos e farmacêuticos, sem carência e a um custo mensal fixo inferior a R\$ 10. Isso envolve telemedicina. Consultas presenciais junto a uma rede de 20 mil profissionais no País saem a partir de R\$ 19,90. O Pan fechou parceria com a rede Pague Menos e com a healthtech Avus. A Pague Menos tem presença em 26 Estados e, como o Pan, é identificada com o público C, D e E. Em educação, o superintendente do Banco Pan Digital, Pedro Poli Romero, afirma que as discussões sobre parcerias estão em andamento. O desenvolvimento da plataforma de educação tem, no entanto, uma complexidade maior. O produto precisa ter ampla escala e alcance, preço acessível e fazer sentido para “clientes de 18 anos a mais de 60 anos”.

Como na maior parte dos bancos digitais, ofertas de serviços como esses visam atrair clientes aos produtos financeiros. Segundo Carlos Eduardo Pereira Guimarães, presidente do Pan, não há grande retorno financeiro diretamente ligado a tais produtos. “Ter o cliente conosco é o que traz retorno”, diz Guimarães. Hoje o Pan tem mais de 12 milhões clientes, dos quais 8,3 milhões estão na unidade chamada de “banking”, que engloba os que têm conta e/ou cartão.

Os analistas do Citi, Gabriel Nóbrega e Jörg Friedemann, dizem que, com a plataforma de saúde, o Pan entra em um negócio altamente escalável, com o atual ingresso de 40 mil clientes ao dia no banco, e com capacidade de ampliar as receitas com tarifas.

Adoção de Férias Extras

Broadcast

Em tempos de piora das condições de trabalho em muitas empresas, a fintech europeia Sumup, que este ano fez aporte de R\$ 1,3 bilhão na operação brasileira, vai na direção contrária e resolveu trazer um benefício quase inexistente no mercado de trabalho brasileiro: um mês de “férias extras”. Além dos 30 dias aos quais o funcionário tem direito pela legislação, a ideia é dar mais 30 dias remunerados. Se quiser, pode até juntar duas férias.

Para ter direito ao benefício, o requisito é ter ao menos três anos de casa. Outra exigência é que as “férias extras” não podem ser fracionadas. O funcionário precisa tirar os 30 dias corridos. No Brasil desde 2013, a Sumup emprega mil pessoas, sendo 60% mulheres e 24% identificadas ao público LGBTQIAP+. Lá, os empregados são chamados de “Sumuppers”, e o programa de férias extras recebeu o nome de “Break 4 Me”.

Segundo Naiana Buck, líder de People (gestão de pessoas) da Sumup para a América Latina, o benefício deve contribuir para a saúde mental e a qualidade de vida dos empregados e ajudar a reter talentos, em um mercado disputado. Nascida como empresa de maquininhas, a Sumup oferece hoje mais produtos financeiros, inclusive empréstimos e banco digital, para micro e pequenos negócios. Criada na Europa em 2012, a fintech tem operações em 34 países.

Alianças no mercado de “Home-care”

Broadcast

As empresas de home care (atendimento domiciliar) Domicile, Homedical e a gestora de private equity Crescera Capital se uniram para criar a holding Plural Care. Passam assim a atender mais de 50 operadoras de plano de saúde e terão cobertura em mais de 500 municípios em todos os Estados. Juntas, Domicile e Homedical têm, hoje, cerca de 3 mil pacientes em atendimento (internação e domiciliar). Entre os principais serviços estão internação e atendimento domiciliar, gerenciamento de pacientes crônicos, UTI móvel e telemonitoramento 24h. Como meta para o segundo semestre, a Plural Care espera crescer 30%.

A empresa será controlada pela Crescera, que, atualmente, gerencia R\$ 5,2 bilhões em ativos. Entre eles, a Vita Participações, criada para consolidação no segmento

de hemoterapia, e o Hospital Care, holding de hospitais e serviços de saúde, que desistiu de fazer sua oferta pública inicial (IPO) em julho. Segundo Jaime Cardoso, CEO e sócio da Crescera, o setor ainda é muito fragmentado e tem oportunidades de aquisições, tanto de ativos de gestão dos serviços quanto em atendimento. Mesmo sendo uma área menor, em comparação às operadoras e hospitais, há potencial de crescimento, afirma.

Expectativas e realidade da América Latina

Broadcast

Alguma força tem alimentado há tempos a esperança de que o futuro será melhor para os países da América Latina. Quando se pergunta o que acham da situação atual, o resultado continua muito negativo. Houve uma grande melhora na avaliação desse quadro nos trimestres recentes, mas sobre uma base deprimida que se observa, com poucas variações, desde o final de 2016. Já quando se pergunta às mesmas pessoas quais são suas expectativas, o resultado é surpreendente. Para a grande maioria, tudo vai melhorar.

É esse o quadro, um tanto contraditório, mas persistente, que apresenta o Indicador de Clima Econômico (ICE) da América Latina elaborado pelo IBRE/FGV. Na última edição, o ICE registrou alta pelo quinto trimestre consecutivo. No terceiro trimestre, o ICE alcançou 99,7 pontos, praticamente alcançando o ponto de neutralidade (100 pontos), no melhor resultado desde 2018. Esse número significa que os 149 especialistas de 15 países latino-americanos consultados pela pesquisa estão mais otimistas com as perspectivas econômicas da região.

O ICE resulta de uma média geométrica entre o Índice de Situação Atual (ISA) e o Índice de Expectativas (IE). Nos últimos anos, a trajetória desses dois componentes tem sido muito desigual, e às vezes divergente. Podese até falar em certo paralelismo entre eles em determinados períodos, mas um (o ISA) tem ficado muito abaixo do outro (o IE).

Entre o segundo e o terceiro trimestres deste ano, o ISA mais do que dobrou, o que pode ser considerado um ótimo desempenho para um índice que tem demorado para reagir. Mas, mesmo tendo alcançado 59,1 pontos, com aumento de 30,9 pontos sobre o resultado anterior, o ISA continua muito abaixo dos 100 pontos que marcam a neutralidade.

Já o IE, embora tenha mostrado volatilidade desde o fim de 2016, tem se mantido acima dos 100 pontos há anos, com exceção do resultado do segundo trimestre do ano passado, por causa dos efeitos da pandemia. É o IE que tem evitado resultados piores do índice composto, o ICE. “Parece que na última década a região tem alimentado uma esperança de melhora que não se concretiza na medida de suas expectativas”, resume a economista do IBRE/FGV Lia Valls.

Pacote trabalhista fere Constituição, afirma MPT

O Estado de S. Paulo

O procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), José de Lima Ramos Pereira, disse que o pacote que permite a contratação de pessoas sem vínculo formal e a redução de horas extras é inconstitucional. Ele pede que o Senado não aprove o texto.

A uma semana do fim do prazo para a votação do pacote trabalhista que permite a contratação de pessoas sem vínculo formal e a redução de horas extras, o procurador-geral do MPT, José de Lima Ramos Pereira, pede aos senadores que deixem o texto perder a validade.

Ele diz que o texto aprovado na Câmara é inconstitucional e, caso também seja chancelado no Senado, fatalmente acabará sendo alvo de ações na Justiça. A data final para votação é 7 de setembro. Originalmente, a Medida Provisória 1.045 foi publicada para permitir a reabertura de adesões ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM), de suspensão e redução de jornada e salários durante a pandemia. Durante a tramitação no Congresso, no entanto, a medida saltou de 23 para mais de 90 artigos. O governo acabou pegando carona no programa emergencial para propor a criação de três novas modalidades de contratação que, na avaliação do MPT, precarizam as relações trabalhistas.

Uma delas, batizada de Priore, prevê a contratação de trabalhadores de 18 a 29 anos ou com mais de 55 anos mediante encargos salariais menores, incluindo pagamento de FGTS e contribuição à Previdência. Outra, nomeada de Requip, permite o pagamento de bolsas de inclusão e de qualificação para profissionais de 18 a 29 anos ou de baixa renda, mas sem vínculo ou direitos trabalhistas à exceção do vale-transporte. Uma terceira iniciativa institui o chamado “serviço social voluntário”, por meio do qual prefeituras poderiam contratar trabalhadores de 18 a 29 anos ou com mais

de 50 anos. Como incentivo, a União pagaria uma espécie de bolsa, de até R\$ 125 mensais. “Todos os três programas têm várias inconstitucionalidades. Ao tentar criá-los por meio de uma MP – com prazo limitado para discussão –, o governo encurta o processo e não deixa o debate acontecer nas duas Casas do Parlamento”, diz o procurador-geral. “O processo legislativo foi esquecido e o Priore, o Requite e o programa voluntário estão sendo criados sem passar por audiências públicas, sem que empregadores, trabalhadores e governo sejam ouvidos, como determina a Organização Internacional do Trabalho (OIT).”

Ele lembra que o objetivo original da MP – de reabrir o BEM por quatro meses – já foi cumprido, tanto que o governo nem mesmo cogitou ampliar novamente o prazo para as adesões. Ou seja, caso o texto seja votado, os senadores estariam avaliando na prática apenas as matérias que não têm relação com o escopo original da medida – os chamados “jabutis”, no jargão do Congresso. Lima lista ainda outros problemas do texto, como a redução do valor da hora extra para categorias com jornada inferior a 8 horas de trabalho por dia, como bancários, telefonistas, advogados, jornalistas e aeroviários. Pela proposta, o valor do adicional sobre a hora trabalhada cairia de 50% para 20%. “A proposta ainda aumenta a jornada de trabalho no subsolo, para mineiros, para até 12 horas. É uma crueldade, é desumano”, diz o chefe do MPT.

O governo tenta garantir que o texto da medida provisória com um pacote trabalhista seja votado no Senado, mesmo que haja mudanças. Os “jabutis” (matérias estranhas ao texto) como mudanças em horas extras de categorias profissionais como professores e advogados devem ser excluídos. O governo tenta manter os programas de incentivo à geração de novas vagas, mas o relator, senador Confúcio Moura (MDB-RO), disse que vai “sentir a temperatura no plenário”. Segundo o relator, a estratégia será buscar mudanças apenas de redação no texto, sem alterações de mérito, para evitar a necessidade de nova votação na Câmara dos Deputados – o que poderia resultar na perda de validade da MP, cujo prazo se encerra em 7 de setembro.

O governo dá como certa a remoção dos dispositivos que alteram a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como a mudança nas horas extras, e trabalha para manter de pé os três programas de incentivo ao emprego: o Priore, que prevê desonerar a contratação de jovens de 18 a 29 anos e pessoas com mais de 55 anos; o Requite, que

concede bolsas de qualificação para os profissionais mais jovens ou aqueles que estão há muito tempo fora do mercado de trabalho; e o serviço social voluntário, pelo qual prefeituras teriam flexibilidade para absorver mão de obra jovem ou com mais de 50 anos. O senador Paulo Paim (PTRS) apresentou uma questão de ordem para tentar impugnar, ou seja, excluir sumariamente dez dispositivos do projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, por não terem relação com a proposta original de reinstaurar o programa de redução de jornada e salário e de suspensão de contrato de trabalho durante a pandemia de covid-19. Entre os itens questionados, estão as mudanças na CLT e os programas apresentados pelo governo.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), deve responder à questão de ordem dizendo se excluirá os dispositivos. As mudanças na CLT devem cair, segundo admitem aliados do governo, mas ainda se busca manter os programas. Em reunião com Pacheco na manhã de ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reforçou a importância da matéria.

Confúcio Moura disse, se Pacheco aceitar a questão de ordem, o texto ficará “mais leve”. Além disso, ele ressaltou que, dos três programas, o mais polêmico é o Requip, feito “por fora da CLT”. O senador afirma que há forte resistência da oposição. O ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, estimou um potencial de até 3 milhões de contratações com os três programas, mas as centrais sindicais apelidaram o texto de “MP da escravidão”.

Pacheco e Lira tentam acordo para destravar Refis e IR

Folha de São Paulo

Na tentativa de destravar a reforma do Imposto de Renda, os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, discutem um acordo para que a Câmara vote o Refis para negociar dívidas tributárias e o Senado vote um texto pactuado para o IR.

O acerto deve envolver a redução da alíquota a ser cobrada sobre dividendos distribuídos por empresas, prevista no projeto em 20%. Hoje, esses recursos são isentos da cobrança do IR. A volta dessa tributação é polêmica e encontra resistência no setor empresarial.

O assunto foi discutido por Lira e Pacheco, antes de Pacheco se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo o relato de pessoas que acompanharam o encontro, a conversa serviu para “eliminar ruídos” e “promover melhor alinhamento das duas Casas”.

O movimento de Lira na direção de um acordo para avançar com a proposta de mudança no IR vem depois de o Senado ressuscitar a PEC que unifica impostos federais, estaduais e municipais sobre o consumo. Guedes chegou a sinalizar que toparia a reforma ampla caso tivesse apoio não só dos Estados, mas também dos municípios.

Enquanto isso, a reforma do IR virou motivo de queda de braço na Câmara, com ao menos três tentativas fracassadas de votação. Depois de até o valor do piso nacional do magistério entrar nas negociações paralelas na tentativa de aprovar a proposta, Lira acabou adiando a análise do texto sem se comprometer com nova data para a apreciação.

O comando da Câmara já percebeu que, sem novas mudanças, o texto não avançará. Por isso, a redução da alíquota dos dividendos entrou na negociação. O relator da reforma do IR, deputado Celso Sabino (PSDBPA), fez mudanças que ampliaram o alcance das isenções da taxa sobre os dividendos, mas vinha mantendo a alíquota em 20%. O Refis foi aprovado pelo Senado, mas Lira chegou a ameaçar travar a votação caso o projeto do IR não avançasse no Senado. Caso haja mesmo um corte nessa alíquota, a receita do governo com a medida tende a ficar menor. Guedes disse que a reforma tem que ser “neutra” do ponto de vista fiscal (ou seja, não pode, no conjunto, aumentar nem reduzir a arrecadação). Uma das possibilidades é reduzir a alíquota de 20% para 15%. Para a reforma ficar neutra, será preciso mexer em outros pontos do projeto, como ampliar as renúncias. Soluções podem ser costuradas na proposta de Orçamento para 2022. Lira e Pacheco também discutiram o compromisso da Câmara de acelerar a tramitação da reforma administrativa, cujo parecer na comissão especial ainda não foi apresentado, enquanto o Senado centraria esforços para avançar na tributária.

Gasolina já passa de R\$ 7 o litro em três regiões

Broadcast

Dados da ANP mostram que o preço da gasolina já ultrapassa R\$ 7 nas Regiões Norte, Sudeste e Sul. O combustível acumula alta de 2,2% no mês e de 51% no ano. O

preço mais alto foi encontrado em Bagé (RS): R\$ 7,219 o litro. O preço do litro da gasolina já ultrapassa os R\$ 7 em três regiões do País – Norte, Sudeste e Sul –, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) referentes à semana de 22 a 28 de agosto. O combustível acumula alta de 2,2% no mês, chegando a 51% no ano, e tem como principal fator de alta o câmbio, aliado ao aumento do petróleo no mercado internacional.

O preço mais alto da gasolina foi encontrado pela ANP em Bagé (RS) (R\$ 7,219/litro), e o mais baixo foi apurado em alguns municípios de São Paulo, (R\$ 5,099/litro). O preço médio no País ficou em R\$ 5,982 o litro na semana passada, alta de 0,5% em relação à semana anterior.

De acordo com o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, a desvalorização do real e o preço do petróleo no mercado internacional são os principais fatores que elevam o valor da gasolina na refinaria da Petrobras, mas também afetam os impostos que incidem no preço final nas bombas dos postos. “O imposto é representativo no preço final da bomba, mas ficou alto por conta do petróleo internacional e do câmbio”, explica, o petróleo continuará em torno dos US\$ 70 e o câmbio, entre R\$ 5,20 e R\$ 5,30 por dólar este ano.

De acordo com Petrobras, os impostos correspondem a 39,1% do preço da gasolina na bomba, enquanto a fatia da empresa é de 33,6%, o etanol pesa 16,9% e os setores de revenda e distribuição ficam com os 10,4% restantes. Sanchez afirma que são inúmeros os impactos da alta na gasolina, sendo o mais imediato no bolso do consumidor, porque os salários não estão acompanhando a inflação.

O último reajuste da gasolina foi realizado nas refinarias da Petrobras em 12 de agosto, quando a estatal anunciou aumento de 3,5%. Segundo analistas, apesar dos 20 aumentos já aplicados na gasolina este ano, ainda existe defasagem em relação ao mercado internacional, o que deve ser recomposto gradualmente pela Petrobras, à medida que o preço do petróleo evoluir. De acordo com Sanchez, essa defasagem está em 15%, mas ele ressalta que a estatal tem feito reajustes “com defasagem” desde a mudança da gestão da estatal, em abril – ou seja, não tem seguido a paridade internacional na mesma velocidade de alta do petróleo.

Além do impacto do petróleo, o preço da gasolina no posto tem sido afetado pela adição do etanol, produto em alta no mercado, cuja mistura obrigatória ao combustível fóssil é de 27%.

Governo edita MP sobre marco de ferrovias

Folha de São Paulo

O presidente Jair Bolsonaro assinou medida provisória que institui um novo marco legal para o transporte ferroviário no País. A medida – que será publicada no Diário Oficial da União – tem o objetivo de desburocratizar o procedimento de autorização para construção de novas ferrovias e facilitar a atração de investimentos privados para o setor. O governo espera, assim, expandir a capacidade de transporte ferroviário e reduzir custos de logística no País.

Um projeto de lei apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP) em 2018 traz um arcabouço atualizado de regras para o setor de ferrovias, mas está parado no Senado. As discussões sobre a proposta evoluíram nos últimos anos, sob relatoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN), mas a votação do projeto não chegou a ser encaminhada. A edição de uma medida provisória vinha sendo defendida pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, como forma de dar segurança jurídica para os projetos em curso nos Estados.

Em audiência pública no Senado, Tarcísio voltou a justificar a urgência de destravar o marco legal das ferrovias em razão da evolução do tema nas legislações estaduais. Os Estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Pará já contam com leis que permitem um novo regime de operação de ferrovias – o de autorização – dentro de seus limites territoriais. A ideia do novo marco é liberar esse modelo em nível federal. A modalidade permite que ferrovias sejam construídas sem um processo concorrencial. Hoje, a operação do modal por empresas precisa passar por uma licitação, que resulta na concessão.

Uma das mudanças trazidas pela MP, segundo a Secretaria Geral, se refere à permissão da construção de novas ferrovias por autorização. Poderá ainda ser liberada a exploração de trechos sem operação, devolvidos, desativados ou ociosos. De acordo com dados do Ministério da Infraestrutura, a atual malha ferroviária do País é semelhante à existente em 1922, de cerca de 29 mil quilômetros. Se forem descontados

os trechos subutilizados, chega-se a cerca de 20 mil quilômetros de malha, área próxima aos níveis que o Brasil tinha em 1910.

Precatórios podem gerar ‘bola de neve’ de até R\$ 1,4 tri

O Estado de S. Paulo

A proposta alternativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o pagamento de precatórios pode gerar uma “bola de neve” de R\$ 672,4 bilhões a R\$ 1,448 trilhão até o fim de 2036, quando acaba a vigência do teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação). O cálculo consta de informativo elaborado por consultores da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara. Os dados mostram que, na melhor das hipóteses, seriam necessários quatro anos para pagar os precatórios postergados de 2022. Com esse caminho, não haveria pagamentos de novos precatórios até 2025, quando começariam a ser pagos os que deveriam ter sido honrados em 2023.

A proposta vem sendo costurada pelo presidente do STF e do CNJ, ministro Luiz Fux, e pelo vice-presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defendeu a proposta como a “mais adequada juridicamente”. Guedes almoçou também com o ministro do STF Gilmar Mendes. Resistente inicialmente, Gilmar avançou no entendimento para um acordo.

A ideia é fixar um limite para o pagamento de precatórios a partir do ano que vem, com base na regra de correção do IPCA prevista no teto de gastos. Esse modelo permitiria adiar o pagamento de parte da despesa com precatórios e requisições de pequeno valor determinada pela Justiça para 2022, sem precisar aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

A nota técnica da consultoria foi encomendada pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia e assinada pelos consultores Graciano Rocha Mendes, Ricardo Volpe, Sérgio Tadao Sambosuke e Wagner Primo. “É óbvio que, se o governo só vai pagar a correção da inflação, e o resto vai virar estoque para o ano seguinte, e a curva do crescimento dessa despesa continuar do jeito que está, haverá um acúmulo de estoque”, disse o ex-presidente da Câmara. Segundo Maia, as propostas apresentadas até agora como solução vão pelo lado mais fácil, de não pagar toda a dívida de

precatórios e furar o teto de gastos. “Não está se olhando o lado da redução despesas”. Maia tem pronta uma emenda à PEC para pagar os precatórios dentro do teto, acionando os gatilhos, medidas de corte de despesas, automaticamente.

Segundo os consultores, dos R\$ 89,5 bilhões em sentenças judiciais para 2022, seriam pagos somente R\$ 37,8 bilhões pela proposta do CNJ. “Quando chegar o ano seguinte, vai acumular com o que entra, mais o que se ia pagar e não se pagou. Vai chegar a um ponto que mal será pago o que foi acumulado nos primeiros anos de postergação”, disse Volpe. Do lado jurídico, os consultores avaliam que a postergação e o parcelamento devem ser regulamentados por emenda constitucional, e não por resolução do CNJ. Os negociadores da solução “Fux-dantas” costuram apoio entre os demais ministros do STF e dizem que a ideia é fixar o prazo de cinco anos para vigência da regra para evitar o acúmulo. A proposta prevê também um fundo de securitização, via projeto de lei, para cessão de créditos de dívidas a receber.

Nubank compra a Spin Pay, de pagamentos

Broadcast

O Nubank, que é a fintech mais valiosa da América Latina, anunciou a sua quarta aquisição. A empresa comprou a Spin Pay, empresa especializada em pagamentos instantâneos para o comércio eletrônico. O valor da transação não foi divulgado, mas ela marca a estreia do Nubank no universo do e-commerce. “Com essa aquisição, queremos disseminar no varejo eletrônico o modo Nubank”, afirmou David Vélez, presidente do Nubank.

Atualmente, a Spin Pay vem ganhando tração com a popularidade do Pix, sistema de pagamento instantâneo do Banco Central (BC). Porém, anteriormente, a empresa fundada por Alan Chusid, Felipe Park e Marcelo Mingatos já trabalhava em soluções para substituir o TED e o DOC das transações online – ela conectava as contas bancárias com as carteiras digitais dos clientes, o que permitia pagamentos instantâneos. Agora, a empresa utiliza o sistema do BC para fornecer ferramentas que permitem o pagamento com um clique ou por meio de QR codes. A Spin Pay tem entre os seus principais clientes varejistas como a Lojas Renner e a Cobasi (produtos para pets), além da aérea Gol e da casa de análises de investimentos Empiricus.

A fintech já tinha atraído investimentos anteriores de pessoas como Cássio Casseb, expresidente do Banco do Brasil, e Daniel Goldberg, sócio do fundo Farallon, e

do fundo Quartz, que tem o presidente do conselho de administração da Renner, José Galló, como um dos responsáveis. O Nubank quer aproveitar a popularização do Pix para surfar também no comércio eletrônico. Segundo dados do BC, desde o seu lançamento até o fim do primeiro semestre o meio de pagamento já movimentou cerca de R\$ 1,6 trilhão em mais de 2,4 bilhões de transações.

O e-commerce está em alta. Segundo dados do índice MCC-ENET, da Neotrust, as vendas no primeiro semestre cresceram 24% em faturamento. Segundo a companhia, a operação da Spin Pay seguirá independente, e o fechamento do negócio deve ser finalizado nas próximas semanas. Em agosto, o Nubank anunciou o maior aporte da história da América Latina: US\$ 1,15 bilhão, o que colocou nomes como o do megainvestidor americano Warren Buffett entre os seus acionistas. A empresa está próxima de realizar uma abertura de capital nos Estados Unidos, esperando alcançar um valor de mercado acima dos US\$ 55 bilhões em sua estreia.

Vibra e Copersucar unem forças em empresa de etanol

Broadcast

Dois gigantes do setor de energia – a Vibra, ex-br Distribuidora, e a Copersucar – se juntaram para criar uma comercializadora de etanol. Ainda sem nome, a nova empresa nasce para fazer frente a um novo cenário de transição energética, concorrência acirrada e investimentos em tecnologia. A visão de especialistas é de que, ao criar a companhia, a Vibra se aproxima de uma das suas principais concorrentes, a Raízen, parceria entre a Shell e a produtora de álcool Cosan. O etanol é considerado a solução brasileira para a transição energética. Segundo Wilson Ferreira Júnior, presidente da Vibra, “é o combustível do futuro”. A competição por esse mercado tem se tornado mais acirrada à medida que as empresas do setor de petróleo e derivados se engajam nas mudanças para uma economia de baixo carbono.

“O ponto é que a joint venture poderia viabilizar uma estratégia mais agressiva em renováveis, não apenas em produção de etanol”, avalia Luciano Losekann, especialista em petróleo e gás e professor da Universidade Federal Fluminense. Ele enxerga a possibilidade de Copersucar e Vibra avançarem no mercado de biogás e de etanol de segunda geração.

A Empresa de Comercialização de Etanol (ECE), como está sendo chamada a empresa, terá 49,99% de participação da Copersucar e 50,01% da Vibra. Seu capital é de R\$ 450 milhões, mas novos aportes poderão ser feitos, de acordo com Ferreira Júnior. A movimentação estimada para o primeiro ano é de 9 bilhões de litros de álcool, com faturamento anual de R\$ 30 bilhões. A ideia é vender cerca de 20% da produção para o mercado externo.

“Este movimento é o resultado de uma mudança rápida do ambiente de competição, com a aceleração do processo de transição energética. Movimento semelhante foi feito lá atrás entre Shell e Cosan”, avalia Edmar Almeida, pesquisador do Instituto de Energia da PUC-RIO. Para o pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo e Gás (Inep) Rodrigo Leão, com a nova empresa, a Copersucar vai se inserir na cadeia do etanol, verticalizando produção e distribuição. No caso da Vibra, a parceria significa uma tentativa de se aproximar de uma produtora importante do setor e de preservar seu mercado de comercialização.

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.*

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)				
	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.